

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
Individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Balço patrimonial | 7 |
| Demonstração do resultado | 8 |
| Demonstração do resultado abrangente | 9 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas | 12 |



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Mensuração do ativo de contrato relacionado a construção da infraestrutura de transmissão (Consulte as notas explicativas 3.2, 3.8, 3.10 e 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, na rubrica “Contas a receber da concessão – Ativo Contratual” o montante de R\$ 620.349 mil e R\$ 659.726 mil, respectivamente, enquadrado no escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (*IFRS 15 – Revenue from contract with customer*). O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira.

A mensuração do ativo de contrato envolve julgamentos e premissas significativas, tais como: (i) as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada; e (ii) a taxa de desconto aplicada, que representa o componente de financiamento embutido no fluxo de recebimento futuro. Devido a relevância dos valores envolvidos, os julgamentos e as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato e impacto significativo nas demonstrações contábeis, consideramos a mensuração do ativo de contrato como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento sobre os controles internos chave relacionado a valorização do ativo contratual (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance, além de outros aspectos relacionados ao preço do contrato; (iii) avaliação com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, dos julgamentos e premissas relevantes utilizadas, tais como: margem de construção e margem de operação e manutenção; (iv) avaliação da taxa de desconto utilizada; (v) avaliação das projeções de receitas esperadas; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de



auditoria.

Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração da Companhia, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|----------------|----------------|------------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 15.639 | 30.328 | 339.746 |
| Contas a receber da concessão - Ativo financeiro | 7 | 24.913 | 241.339 | 24.913 |
| Contas a receber da concessão - Ativo contratual | 7 | 172.633 | - | 172.633 |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | | 7.137 | 14.145 | 7.214 |
| Outros tributos compensáveis | | 105 | 109 | 125 |
| Outros ativos | | 5.526 | 6.336 | 5.527 |
| | | 225.953 | 292.257 | 550.158 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 4.992 | 4.703 | 4.992 |
| Contas a receber da concessão - Ativo financeiro | 7 | - | 317.174 | - |
| Contas a receber da concessão - Ativo contratual | 7 | 447.716 | - | 487.093 |
| Outros ativos | | 7.591 | 7.583 | 7.591 |
| Investimentos | 8 | 123.274 | 106.995 | 102.516 |
| Imobilizado | | 199 | 118 | 199 |
| Intangível | | 1.893 | 370 | 1.893 |
| | | 585.665 | 436.943 | 604.284 |
| TOTAL DO ATIVO | | 811.618 | 729.200 | 1.154.442 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | |
| Debêntures | 9 | 87.463 | 60.182 | 86.475 |
| Fornecedores | | 2.431 | 1.489 | 13.651 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 16.731 | 18.774 | 16.731 |
| Outros tributos a pagar | | 7.253 | 4.097 | 7.357 |
| Encargos regulatórios | 11 | 8.167 | 8.941 | 8.167 |
| Outros passivos | | 4.734 | 4.610 | 4.915 |
| | | 126.779 | 98.093 | 137.296 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Debêntures | 9 | 55.736 | 142.005 | 361.151 |
| PIS e COFINS diferidos | | 22.870 | - | 26.512 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | 93.977 | 69.864 | 95.369 |
| Encargos regulatórios diferidos | 11 | 18.797 | - | 19.978 |
| Outros passivos | | 3.328 | 3.136 | 3.328 |
| | | 194.708 | 215.005 | 506.338 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Capital social | 14 | 297.109 | 278.057 | 297.109 |
| Reservas de lucro | | 178.764 | 74.740 | 178.764 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais | | 14.258 | 63.305 | 14.258 |
| | | 490.131 | 416.102 | 490.131 |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | 20.677 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES | | 490.131 | 416.102 | 510.808 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 811.618 | 729.200 | 1.154.442 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 15 | 140.967 | 163.867 | 164.233 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | | | | |
| Pessoal | | (2.772) | (2.634) | (2.772) |
| Material e serviços de terceiros | | (6.575) | (5.346) | (6.575) |
| Outros | | (382) | (384) | (382) |
| Custo de implantação de infraestrutura | | - | - | (19.977) |
| LUCRO BRUTO | | 131.238 | 155.503 | 134.527 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | | | |
| DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS | | | | |
| Pessoal e administradores | | (3.637) | (3.488) | (3.637) |
| Material e serviços de terceiros | | (871) | (739) | (871) |
| Depreciação e amortização | | (265) | (218) | (265) |
| Outras | | (1.591) | (1.548) | (1.591) |
| | | (6.364) | (5.993) | (6.364) |
| RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL | 8 | 16.857 | 19.818 | 15.656 |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 141.731 | 169.328 | 143.819 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 16 | 1.725 | 4.035 | 1.725 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | 16 | (12.491) | (25.514) | (12.491) |
| LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | | 130.965 | 147.849 | 133.053 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 17 | (17.391) | (13.181) | (17.391) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 e 17 | 3.309 | 29.291 | 2.191 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 116.883 | 163.959 | 117.853 |
| ATRIBUÍDO A ACIONISTAS CONTROLADORES | | 116.883 | 163.959 | 116.883 |
| ATRIBUÍDO A ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES | | - | - | 970 |
| | | 116.883 | 163.959 | 117.853 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO ORDINÁRIA - EM R\$ | | | | 1,168713 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 | 2018 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 116.883 | 163.959 | 117.853 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 116.883 | 163.959 | 117.853 |
| ATRIBUÍDO A ACIONISTAS CONTROLADORES | | | 116.883 |
| ATRIBUÍDO A ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES | | | 970 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

| Nota | Capital Social | Reservas de lucros | | | | Lucros acumulados | Total | Participação de não controladores | Total consolidado |
|--|-------------------|--------------------|--|-------------------------------|---|-------------------|----------------|-----------------------------------|-------------------|
| | | Reserva legal | Reserva especial para incentivos fiscais | Reserva de retenção de lucros | Proposta de distribuição de dividendos adicionais | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2016 | 258.478 | 51.696 | 19.579 | - | 37.093 | - | 366.846 | - | 366.846 |
| Aumento de capital | 19.579 | - | (19.579) | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 163.959 | 163.959 | - | 163.959 |
| Destinação proposta à AGO: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | 3.916 | - | - | - | (3.916) | - | - | - |
| Incentivo fiscal | - | - | 19.128 | - | - | (19.128) | - | - | - |
| Pagamento de dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | (37.093) | - | (37.093) | - | (37.093) |
| Dividendos intermediários | - | - | - | - | - | (53.572) | (53.572) | - | (53.572) |
| Juros sobre capital próprio declarados | - | - | - | - | - | (24.038) | (24.038) | - | (24.038) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | 63.305 | (63.305) | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2017 | 278.057 | 55.612 | 19.128 | - | 63.305 | - | 416.102 | - | 416.102 |
| Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018 | - | - | - | - | - | 96.828 | 96.828 | - | 96.828 |
| Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47 | - | - | - | 96.828 | - | (96.828) | - | - | - |
| Aumento de capital | 19.052 | - | (19.052) | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | (77) | - | - | - | 116.883 | 116.806 | 20.677 | 137.483 |
| Destinação proposta à AGO: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | 2.632 | - | - | - | (2.632) | - | - | - |
| Incentivo fiscal | - | - | 22.438 | - | - | (22.438) | - | - | - |
| Pagamento de dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | (63.305) | - | (63.305) | - | (63.305) |
| Dividendos intermediários | - | - | - | - | - | (52.176) | (52.176) | - | (52.176) |
| Juros sobre capital próprio declarados | - | - | - | - | - | (24.124) | (24.124) | - | (24.124) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | 15.513 | (15.513) | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2018 | 14 297.109 | 58.167 | 22.514 | 96.828 | 15.513 | - | 490.131 | 20.677 | 510.808 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|--|------------------|------------------|----------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 | 2018 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes da contribuição social e imposto de renda | 131.219 | 147.849 | 133.848 |
| Itens que não afetam as disponibilidades | | | |
| Depreciação e amortização | 265 | 218 | 265 |
| Equivalência patrimonial | (16.857) | (19.818) | (16.197) |
| Juros e variação monetária | 12.376 | 25.408 | 12.376 |
| Receita de aplicações financeiras | (289) | (408) | (289) |
| | 126.714 | 153.249 | 130.003 |
| (Aumento) redução no ativo | | | |
| Contas a receber da concessão | 92.971 | 31.993 | 76.872 |
| Impostos a recuperar | 5.949 | (6.398) | 5.878 |
| Outros ativos | 802 | (999) | 801 |
| Aumento (redução) no passivo | | | |
| Fornecedores | 942 | (402) | 12.139 |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | (42.378) | (3.716) | (40.149) |
| Encargos regulatórios | (877) | 688 | (1.727) |
| Outros passivos | 189 | 163 | 369 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 184.312 | 174.578 | 184.186 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição da controlada EDTE | (19.558) | - | (19.558) |
| Recebimento de dividendos | 17.888 | 19.111 | 17.888 |
| Caixa adquirido em transação de capital | 15.095 | - | 6.668 |
| Aplicações no imobilizado | (88) | - | (88) |
| Aplicações no intangível | (1.781) | - | (1.781) |
| Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos | 11.556 | 19.111 | 3.129 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Aumento de capital | - | - | 28.233 |
| Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio | (139.605) | (114.703) | (139.605) |
| Empréstimos e debêntures captados | - | - | 315.000 |
| Amortização e pagamento de juros do financiamento | (70.952) | (86.139) | (81.525) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (210.557) | (200.842) | 122.103 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | (14.689) | (7.153) | 309.418 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 30.328 | 37.481 | 30.328 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 15.639 | 30.328 | 339.746 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | (14.689) | (7.153) | 309.418 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP.

A ENTE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

| Contrato de concessão | | | | | | | | |
|-----------------------|--------------|----------|--------------|--------------|---------|--------------------|---------------------------------------|---|
| Concessionária | Participação | Número | Prazo (anos) | Vigência até | RAP (*) | Índice de correção | Data da entrada em operação comercial | Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação |
| ENTE | | 085/2002 | 30 | 2032 | 234.740 | IGP-M | fev/05 | Sim |
| EDTE | 50,10% | 15/2016 | 30 | 2046 | (**) | IPCA | N/A | Não |

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018.

(**) A controlada EDTE ainda não iniciou sua operação comercial. O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 367.948, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 59.590.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ENTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Contas a receber da concessão”.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao processo inerente das estimativas. A ENTE revisa suas estimativas anualmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem a ENTE e sua controlada. São consideradas controladas quando a ENTE controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) no exercício das empresas controladas.

A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a ENTE detém em 31 de dezembro de 2018:

| Razão Social | Tipo de investimento | % participação | |
|--|----------------------|----------------|----------|
| | | Dezembro | Dezembro |
| | | 2018 | 2017 |
| EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. | Controlada | 50,10% | 0,00% |
| Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. | Coligada | 38,02% | 38,02% |
| STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. | Coligada | 18,45% | 18,45% |

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”. Contas a receber da concessão, até 31 de dezembro de 2017 foram classificadas “ativo financeiro pelo custo amortizado” em consonância com o ICPC 01 (IFRIC 12), tendo sido alterado para “ativo contratual pelo custo amortizado”, em conformidade com o CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), a partir de 1º de janeiro de 2018, data de início de vigência da referida norma.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2 Contratos de concessão

O contrato de concessão prevê que o concessionário atue como prestador de serviço de implantação, ampliação, reforço ou melhoria da infraestrutura bem como a operação e manutenção dessa infraestrutura durante o prazo do contrato. A ENTE e sua controlada registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão como ativo contratual (IFRIC 12).

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de implantar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a ENTE e sua controlada cumprem a obrigação de operar e manter a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pelo cumprimento da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos na infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 13,63% a.a. e 14,71% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM na ENTE e pelo IPCA na EDTE. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo não circulante.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da ENTE e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a ENTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Passivos financeiros

A ENTE e sua controlada classificam fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ENTE e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1 Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ENTE e sua controlada revisam e ajustam suas estimativas e premissas anualmente.

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre a receita

As receitas da ENTE e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,60%;

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da ENTE e sua controlada são calculados pelo regime de lucro real.

A ENTE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela ENTE e pela sua controlada, e estão segregadas da seguinte forma:

3.8.1 *Receita de implantação de infraestrutura*

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a ENTE e sua controlada utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

3.8.2 *Receitas de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 *Receitas de operação e manutenção*

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo e incluem margens idênticas às utilizadas no serviço de implantação de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

3.8.4 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.9 Resultado por ação

A ENTE e sua controlada efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

A ENTE e sua controlada adotaram os pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, CVM e IASB, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

Na adoção do CPC 47, a ENTE e sua controlada aplicaram o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

A ENTE e sua controlada avaliaram suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 544.798, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 702.675. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ 96.828 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos de impostos tributários e encargos regulatórios diferidos.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A ENTE e sua controlada adotaram a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

4 Novas Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A ENTE e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação dessas demonstrações contábeis e também não planejam adotá-las de forma antecipada.

| Pronunciamento | Descrição | Vigência |
|--|--|--|
| CPC 6 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil | Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. | Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. |
| ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda | Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 | Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. |

A Administração da ENTE e sua controlada está em processo de análise e não espera impactos significativos decorrentes desses pronunciamentos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado |
|------------------------|---------------|---------------|----------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 | 2018 |
| Caixa e bancos | 29 | 19 | 605 |
| Aplicações financeiras | 15.610 | 30.309 | 339.141 |
| | 15.639 | 30.328 | 339.746 |

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 97,23% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (98,21% do CDI em 31 de dezembro de 2017), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018, a ENTE manteve saldo no ativo não circulante de aplicação em fundo de investimento no valor de R\$ 4.992 (R\$ 4.703 em 31 de dezembro de 2017), destinado ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira, os quais deverão ser previamente aprovados pela SUDAM.

7 Contas a receber da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ENTE e de sua controlada é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018:

| | Controladora |
|--|---------------------|
| | 2018 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2017 | 558.513 |
| Receita de operação e manutenção | 37.153 |
| Remuneração do ativo contratual da concessão | 116.660 |
| (-) Parcela variável | (557) |
| Realização do ativo contratual (recebimento) | (91.420) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2018 | 620.349 |
| Contas a receber da concessão - circulante | 172.633 |
| Contas a receber da concessão - não circulante | 447.716 |
| Total circulante e não circulante | 620.349 |

As contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ENTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação / melhoria / reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios apresentados:

| | Controladora | | | |
|--|---------------------|---------------|---------------|----------------|
| | EDTE | STC | ERTE | Total |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2017 | - | 45.622 | 61.373 | 106.995 |
| Aquisição de participação societária (*) | 4.873 | - | - | 4.873 |
| Adição (redução de capital) | 14.739 | (3.690) | (11.405) | (355) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 660 | 4.939 | 11.258 | 16.857 |
| Efeito adoção CPC-47 | (53) | (3.016) | 15.862 | 12.793 |
| Dividendos declarados | - | (5.457) | (12.431) | (17.888) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2018 | 20.219 | 38.398 | 64.657 | 123.274 |

(*) Em 27 de março de 2018, após anuência do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi concluída a transferência para a ENTE da participação acionária de 50,100147% do capital social da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. (atualmente denominada EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.), mediante o pagamento no montante de R\$ 7.057 pelas ações adquiridas. A

Companhia ainda está em processo de avaliação sobre o tratamento contábil a ser adotado relativo à aquisição da participação acionária.

Segue abaixo o registro do investimento na ENTE:

| | Controladora |
|--|---------------------|
| Ativos líquidos da EDTE (data base: 26 de março de 2018) | 9.728 |
| Participação societária adquirida | 50,100147% |
| Valor contábil do investimento | 7.195 |

A ENTE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controlada e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

| | Controlada | Coligadas | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | EDTE | STC | ERTE |
| Dados das companhias: | | | |
| Total do ativo | 363.582 | 234.988 | 193.346 |
| Total do passivo | 322.146 | 26.869 | 23.271 |
| Patrimônio líquido | 41.436 | 208.119 | 170.075 |
| Receita líquida | 24.873 | 31.939 | 34.115 |
| Lucro líquido | 1.317 | 26.771 | 29.615 |
| Quantidade de ações | 1.218.126 | 211.003.246 | 84.133.970 |
| Participação da ENTE: | | | |
| Quantidade de ações no capital social | 610.282 | 38.930.597 | 42.066.985 |
| | 50,10% | 18,45% | 38,02% |
| no resultado | 659 | 4.939 | 11.259 |
| no patrimônio líquido | 20.220 | 38.398 | 64.656 |

9 Debêntures

| | Controladora e Consolidado | | | | Controladora |
|-----------------------|----------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Dezembro | | | | Dezembro |
| | 2018 | | | | 2017 |
| | Circulante | | Não Circulante | Total | Total |
| Encargos | Principal | Principal | | | |
| Debêntures 2ª emissão | 998 | 58.330 | 43.758 | 103.086 | 162.139 |
| Debêntures 3ª emissão | 180 | 27.955 | 11.978 | 40.113 | 40.048 |
| | 1.178 | 86.285 | 55.736 | 143.199 | 202.187 |

| Financiadores / credores | Condições contratadas | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|------------|----------------------|-------------------|-----------|------------------------------|------------|
| | Data da Contratação | Vencimento | Principal contratado | Taxa efetiva a.a. | | Periodicidade da amortização | |
| | | | | Indexador | Juros (%) | Principal | Encargos |
| Debêntures 2ª emissão (*) | ago/14 | ago/20 | 248.000 | 109,75% do CDI | | Trimestral | Trimestral |
| Debêntures 3ª emissão - Série I (*) | set/16 | set/19 | 28.000 | 113,00% do CDI | | Mensal | Bullet |
| Debêntures 3ª emissão - Série II (*) | set/16 | set/21 | 12.000 | 116,00% do CDI | | Mensal | Bullet |

(*) As cláusulas restritivas das debêntures da ENTE estão relacionadas aos limites da dívida Líquida que, em 31 de dezembro de 2018, atualizada pelo IGPM eram de R\$ 735.960 e R\$ 549.830 para a 2ª e 3ª emissão de debêntures, respectivamente.

A Administração da ENTE e sua controlada mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

| | |
|------|---------------|
| 2020 | 43.745 |
| 2021 | 11.991 |
| | 55.736 |

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

| | Controladora | | | Consolidado | | | | | | |
|---|-----------------|--------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------------------|--------------------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | Dezembro 2017 | Reconhecido no resultado | Reclassificação | Dezembro 2018 | Dezembro 2017 | Entrada do saldo inicial da EDTE | Reconhecido no resultado | Adoção CPC 47 | Reclassificação | Dezembro 2018 |
| Ativo fiscal diferido | | | | | | | | | | |
| Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14 | (19.878) | 1.215 | - | (18.663) | (19.878) | - | 1.215 | - | - | (18.663) |
| Subtotal | (19.878) | 1.215 | - | (18.663) | (19.878) | - | 1.215 | - | - | (18.663) |
| Passivo fiscal diferido | | | | | | | | | | |
| Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14 | 88.447 | (4.524) | 27.166 | 111.089 | 88.447 | 273 | (3.406) | 27.167 | - | 112.481 |
| Outros itens | 1.295 | - | 256 | 1.551 | 1.295 | - | - | - | 256 | 1.551 |
| Subtotal | 89.742 | (4.524) | 27.422 | 112.640 | 89.742 | 273 | (3.406) | 27.167 | 256 | 114.032 |
| IRPJ e CSLL diferidos, líquido | 69.864 | (3.309) | 27.422 | 93.977 | 69.864 | 273 | (2.191) | 27.167 | 256 | 95.369 |

11 Encargos regulatórios

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------|--------------|---------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 | 2018 |
| Quota de reserva global de reversão - RGR | 17.781 | 1.374 | 18.805 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 6.508 | 7.429 | 6.508 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | 2.675 | 138 | 2.832 |
| | 26.964 | 8.941 | 28.145 |
| Encargos regulatórios - circulante | 8.167 | 8.941 | 8.167 |
| Encargos regulatórios - não circulante | 18.797 | - | 19.978 |
| Total circulante e não circulante | 26.964 | 8.941 | 28.145 |

12 Provisão para contingências

Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como “possível” têm valor estimado de R\$ 1.239 referente a processo regulatório, R\$ 6 referente a processo tributário e R\$ 645 referente a processo trabalhista. Em 31 de dezembro de 2017, teve valor estimado de R\$ 5 referente a processo tributário e R\$ 645 referente a processo trabalhista.

13 Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 1.224 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.156 em 31 de dezembro de 2017) sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2018, a ENTE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 297.108, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

| | Quantidade de ações | | |
|--|---------------------|----------------|----------------|
| | Integralizadas | % do capital | |
| | Ordinárias | Votante | Total |
| Alupar Investimento S.A. | 50.431.150 | 50,01% | 50,01% |
| Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A | 50.408.850 | 49,99% | 49,99% |
| | <u>100.840.000</u> | <u>100,00%</u> | <u>100,00%</u> |

14.2 Reservas de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei N° 11.638/07 e CPC N° 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto n° 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a ENTE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda de acordo com o Laudo Constitutivo N° 083/2016, em 75%.

14.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ENTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

| | Dezembro | Dezembro |
|--|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Lucro líquido do exercício | 116.883 | 163.959 |
| Constituição da reserva legal | (2.632) | (3.916) |
| Base de cálculo de dividendos | 114.251 | 160.043 |
| | | |
| Dividendos intermediários (*) | (52.176) | (53.572) |
| Juros sobre capital próprio | (24.124) | (24.038) |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais (**) | (15.513) | (63.305) |
| Incentivo fiscal | (22.438) | (19.128) |
| Saldo de lucros acumulados | - | - |

(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$ 30.804 em 2018.

(**) A distribuição dos dividendos adicionais está sendo proposta “ad referendum” à assembleia de acionistas.

15 Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 | 2018 |
| Receita operacional bruta | 153.256 | 180.415 | 179.994 |
| Receita de operação e manutenção | 37.153 | 13.986 | 37.153 |
| Receita de implantação de infraestrutura | - | - | 27.197 |
| Remuneração do ativo financeiro da concessão | - | 171.599 | - |
| Remuneração do ativo contratual da concessão | 116.660 | - | 116.201 |
| (-) Parcela variável | (557) | (5.170) | (557) |
| Deduções da receita operacional | (12.289) | (16.548) | (15.761) |
| PIS | (997) | (1.419) | (1.465) |
| COFINS | (4.599) | (6.551) | (6.753) |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | (3.985) | (5.678) | (4.722) |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | (2.095) | (2.027) | (2.095) |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE | (613) | (873) | (726) |
| Receita operacional líquida | 140.967 | 163.867 | 164.233 |

16 Receitas e despesas financeiras

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|-----------------|
| | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 |
| Receitas financeiras | 1.725 | 4.035 |
| Receita de aplicações financeiras | 1.483 | 3.432 |
| Juros ativos | 240 | 599 |
| Outras receitas financeiras | 2 | 4 |
| Despesas financeiras | (12.491) | (25.514) |
| Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | (11.964) | (24.796) |
| Variação monetária | (412) | (612) |
| Outras despesas financeiras | (115) | (106) |
| Resultado financeiro líquido | (10.766) | (21.479) |

17 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

| | Controladora | |
|---|---------------|-----------------|
| | Dezembro | Dezembro |
| | 2018 | 2017 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 130.965 | 147.849 |
| Juros sobre capital próprio | (24.124) | (24.038) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após JCP | 106.841 | 123.811 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| | 36.326 | 42.096 |
| (-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014 | 20.133 | (421) |
| Equivalência patrimonial | (5.732) | (6.738) |
| Despesas e provisões indedutíveis | 2.179 | 769 |
| Adoção CPC 47 - IN 1753/2017 | (9.061) | - |
| Outras | (24) | (24) |
| | 43.821 | 35.682 |
| Constituição de passivo (ativo) tributário diferido | (4.524) | (29.292) |
| Incentivo Fiscal | (22.514) | (19.092) |
| Lei Rouanet / Esporte / FIA | (1.007) | (1.197) |
| (-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014 | (1.325) | (1.325) |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | (369) | (886) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | 14.082 | (16.110) |
| Taxa Efetiva | 10,75% | -10,90% |

18 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste,

com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a ENTE e sua controlada não tiveram contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela ENTE e sua controlada para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Debêntures, líquidas dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b. Hierarquia do valor justo

A ENTE e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ENTE e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como nível I.

c. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ENTE e da sua controlada podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito** - A ENTE e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica aproximadamente 879 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ENTE mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- **Risco de preço** - As receitas da ENTE são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;

- **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da ENTE e sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

A Administração da ENTE e da sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19 Benefícios a empregados

A ENTE e sua controlada, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

20 Compromissos assumidos

A ENTE mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 259.